

A ATUALIDADE DE JOÃO CÂNDIDO E DA REVOLTA DA CHIBATA

CAPANEMA, Sílvia. *João Cândido e os navegantes negros: a revolta da Chibata e a segunda abolição*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Mauad, 2022. 402p.

O livro de Sílvia Capanema é resultante de sua tese de doutorado, defendida na École des Hautes Etudes en Sciences Sociales, sob orientação de Juan Carlos Garavaglia, no ano de 2009. Agora ela chega traduzida em formato de livro para o público brasileiro, algo fundamental na atualidade, quando a Revolta da Chibata e João Cândido tomam os noticiários da imprensa, ocupam debates no Congresso Nacional, se tornam objeto de inquéritos no Ministério Público Federal e recebem homenagens diversas pelo país, sendo o desfile carnavalesco da Paraíso do Tuiuti no Sambódromo do Rio de Janeiro, em 2023, uma das mais cantadas e festejadas. E nesses treze anos que separaram a tese do livro, a autora não perdeu uma linha das

manifestações recentes e as incluiu nas páginas da sua obra *João Cândido e os Navegantes Negros*. O livro é uma tese séria, completa e – o mais importante – de leitura agradável para qualquer público.

O livro está dividido em sete capítulos, além da introdução e do epílogo. Estão interligados uns aos outros, dialogando com bibliografia ampla e necessária, passando por temas e questões caras à historiografia, como a escravidão, o pós-abolição, a política internacional na Primeira República, o governo Vargas, o racismo, a masculinidade e os corpos, o movimento operário, a ditadura civil-militar (1964-1985) e a perseguição às memórias de João Cândido e da Revolta da Chibata.

O primeiro capítulo analisa o projeto de refundação da modernidade

política, urbana e militar da marinha de Guerra, uma “modernidade conservadora”. Após os conturbados anos do golpe militar liderado por Deodoro da Fonseca, que derrubou o imperador, entusiasmados republicanos tentaram implementar uma modernidade contrária ao “atraso” do Império. Duas iniciativas nessa direção foram a reforma urbana do Centro do Rio de Janeiro e a aquisição de equipamentos militares, principalmente da Marinha, após a Revolta da Armada, que destruiu navios e quartéis. Projetos republicanos que, em alguns casos, se mostrariam ufanos e contraditórios.

A modernização da marinha relativamente ao seu pessoal é objeto do segundo capítulo. Nele, a autora analisa as formas de recrutamento militar, com a incorporação e ingresso de gerações de jovens rapazes, e até meninos nascidos no pós-abolição, nas escolas de aprendizes marinheiros. A Marinha de Guerra fez investimentos para a “modernização” dessas escolas e esteve mais atenta ao que era ensinado, às avaliações daqueles rapazes. As escolas surgem para melhorar a formação de marinheiros prestes a tripular navios mais modernos. Esses rapazes, contudo, poderiam ter sido

enviados por autoridades policiais e judiciais para que fossem “corrigidos”, por serem delinquentes. Porém, era fundamental solucionar a falta de braços naquela Força Armada. Esses capítulos iniciais revisitam um paradigma explicativo que considera como contraditória a caríssima modernização da armada e a frágil formação de pessoal. A autora percebe que, para além de contradições, havia de se observar os “preconceitos raciais e sociais da época” naquele processo histórico (p. 99).

O terceiro e quarto capítulos são os que mais novidades trazem em relação às demais pesquisas sobre o assunto. O livro de Sílvia Capanema analisou novas fontes e fez releituras de outras, anteriormente investigadas por autores que a antecederam. A fonte mais importante fonte foi, sem dúvida, a produzida pelo então Gabinete de Identificação da Marinha, com o “intuito de identificar soldados, marinheiros, oficiais e civis assimilados, através da criação de fichas biométricas” (p. 105). Embora boa parte das fichas não tenha seus campos completados integralmente, a autora, com seu talento, retirou informações não alcançáveis em outras fontes.

Dados como nome, origem geográfica, instrução, idade, profissão, moradia, cor e antecedentes criminais podem ser acessados. Até 1908, esses dados eram encontrados nas Cadernetas dos Livros de Socorros dos Marinheiros, mas era difícil analisá-las por estarem em microfilmes mal identificados e difíceis de ler em leitoras, embora não impossíveis de mapear. Com a inauguração do Gabinete, em 1908, tornou-se mais fácil chegar aos dados num único instrumento de pesquisa (embora as cadernetas tenham sido mantidas e sejam mais completas, pois trazem o histórico das doenças, por exemplo).

O terceiro capítulo apresenta uma análise sociológica das cores, idades, origem, nacionalidade, estado civil, profissão, formação escolar e antecedentes criminais dos marinheiros, sargentos e oficiais inscritos no Gabinete de Identificação da Marinha, em 1908, dois anos antes de a revolta estourar na Capital Federal da República. Para além da confirmação de que a maior parte dos marinheiros era negra, percebe-se a relação desses com antepassados que foram ou viveram a escravidão intimamente. Além disso, confirma-se que a maior

parte dos marinheiros era oriunda das regiões Norte e Nordeste.

Nesse capítulo percebemos o quanto o racismo impedia processos de ascensão na carreira, embora isso seja negado pela Marinha de Guerra até os dias atuais. Mesmo assim, a autora observa que alguns marinheiros chegaram ao posto de sargentos e tenentes, uma novidade ausente em trabalhos anteriores. Dos 250 marinheiros investigados nas fichas, 16 chegaram aos postos de sargentos e suboficiais, além de quatro tenentes (dois de cor “branca”, um “pardo” e outro “moreno”). Confirmava assim o editorial do *Estado de São Paulo*, de 5 de junho de 1911, que dizia: “para vir a ser oficial é preciso pertencer à burguesia abastada, ter dinheiro para custear a conquista do galão na Escola Naval e ser o menos mestiço ou o mais branco possível”. Esse capítulo se encerra com inovadora e instigante discussão sobre tatuagens entre os séculos XIX e XX.

O quarto capítulo traz o cotidiano a bordo e os diferentes momentos da vida militar e dos corpos daqueles homens, que em diferentes momentos se envolviam com conflitos que podiam levá-los a punições físicas.

Esses temas já haviam sido abordados por outros trabalhos, e a autora fez um diálogo preciso com autores diversos que discutiram enfermidades, masculinidade, homossexualidade (talvez por um problema de tradução, empregaram o termo “homossexualismo”), indisciplinas e castigos sobre aqueles corpos de maioria negra. Trata-se de interessante debate sobre o papel exercido pelo bigode nas faces masculinas naquele período.

Outro dado interessante foi a pesquisa no Ministério das Relações Exteriores. As correspondências para ali enviadas ou expedidas trazem informações relevantes dos marinheiros estrangeiros contratados ou alistados na Marinha de Guerra. É bem interessante observar pessoas que se alistavam em troca de uma viagem gratuita e com o fim de fazer a vida no Brasil. A história das imigrações é rica e precisa de cada vez mais informações.

No quinto capítulo surge uma estimulante narrativa das revoltas em novembro e dezembro de 1910. A primeira revolta refere-se ao protagonismo dos marinheiros a bordo das embarcações amotinadas; a segunda, àquela deflagrada no Batalhão da Ilha

das Cobras. Talvez, após a narrativa de Edmar Morel, em 1958, essa seja uma versão pronta para roteirização de um filme (já passou a hora de um longa-metragem, urgente!).

O sexto capítulo relaciona os materiais analisados anteriormente à eclosão da revolta, encerrando-se com as primeiras memórias criadas sobre o movimento. Entre as publicações existentes, teoricamente Sílvia Capanema seguiu aquele caminho consagrado pela maior parte dos pesquisadores: o estudo da revolta por ela mesma. Em outras palavras, embora existissem castigos corporais desde o século XIX, as mudanças ocorridas na Marinha de Guerra no início do século XX foram fundamentais para que aquela geração de marinheiros procurasse o caminho da revolta para alcançar seus interesses. O primeiro a seguir esse caminho foi Edmar Morel que, na década de 1950, pesquisou e publicou a primeira edição do clássico *A Revolta da Chibata*. Embora tenha demonstrado a existência de outros levantes anteriores contra os castigos, para ele foi somente em 1910 que a marinha, sob a direção de João Cândido, conseguiu extinguir os castigos físicos em marinheiros.

Posteriormente, com a abertura política de 1979, nos últimos anos da ditadura civil-militar, Mário Maestri e Marcos Silva escreveram livros com pesquisas mais tímidas, embora explorassem temas caros e necessários ao evento, como o movimento operário e o racismo. Nenhum dos dois se aventurou em pesquisar para além daqueles poucos anos que antecederam à revolta, tampouco os anos posteriores, para descrever a perseguição aos marinheiros anistiados em 1910.

Mesmo Hélio Leôncio Martins, oficial que escreveu e publicou uma forma de “resposta oficial” da Marinha ao grande público, não fugiu a esse recorte para análise da pesquisa, ou seja, de que uma revolta pode ser explicada por si mesma. Não analisaram um processo histórico mais longo, observando conflitos cotidianos entre as partes, em meio a paulatinas mudanças, até conscientizarem-se da necessidade da ação coletiva para realizar suas reivindicações. No caso de 1910, após tentativas republicanas de diálogo com membros do Congresso Nacional e até com o presidente Nilo Peçanha, os marinheiros perceberam a revolta como

único meio de lograr sucesso em suas reivindicações. Houve mudanças legislativas com o golpe militar de 1889, que mudaram as relações entre oficiais e marinheiros, levando a sucessivas revoltas contra castigos físicos, e esse legado chegou àquela geração liderada por João Cândido.

O último capítulo é muito próximo à estrutura do livro *A Revolta da Chibata*, de Edmar Morel, que a cada edição inclui um novo posfácio – seria uma homenagem por parte da autora? Se assim o foi, cabe parabenizá-la por isso. E a escolha foi excelente por nos trazer num único texto a narrativa da memória da revolta a partir de vasta pesquisa. Afinal, João Cândido avisava que após o ano 2000 “ainda vai ter João Cândido”. E Capanema completa: “já se passaram duas décadas [desde o ano 2000] e estamos aqui falando dos marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos” (p. 375).

O debate em torno da transformação de João Cândido em herói foi enfrentado pela autora, que pesquisou textos inacabados, perdidos, sequestrados e integralmente publicados. O século XX, marcado pela intervenção dos militares na política e concomitante fortalecimento dos órgãos de

repressão, presenciou o fracasso de muitos projetos artísticos e intelectuais em torno da memória da Revolta da Chibata e de João Cândido. O poeta francês Benjamin Péret e o ainda jovem cineasta Silvio Tendler, por exemplo, tiveram suas obras destruídas após perseguições como essas, que apagaram imagens tão importantes dessa história.

Sobre esses autores, é importante salientar nomes tão diversos que buscaram trazer essa memória à tona desde o fim da revolta, como João do Rio, Adão Pereira Nunes, Otávio Brandão e Edmar Morel, o responsável pela guinada da vida de João Cândido após 48 anos de revolta, quando publicou a primeira edição do seu livro pela editora Irmãos Pongetti.¹ Essa obra provocou reações virulentas de historiadores navais da Marinha de Guerra, levando a grandes debates nos jornais de época. Também revelou as dificuldades financeiras e de saúde do velho marinheiro e líder da revolta de 1910, levando a iniciativas que diminuíram parte das dificuldades familiares e permitiram a João Cândido

largar o duro serviço, sem se aposentar, quando octogenário.

Jornalista, Morel escreveu um grande livro de história. Ele utilizou entrevistas em toda sua obra, método controverso na historiografia até algumas décadas atrás. Hoje, a história oral é parte integrante das fontes em pesquisas historiográficas, e Sílvia Capanema também a empregou com muito cuidado e zelo ao analisar figuras diversas, como o marinheiro Octacílio dos Anjos Santos (Tatá), admirador de João Cândido que foi preso e torturado por envolvimento no movimento dos marinheiros de 1964, e o vice-almirante Hélio Leôncio Martins, filho de um oficial de 1910, e arvorado a escritor de uma versão oficial da Marinha de Guerra sobre a Revolta da Chibata. Podemos ler também a memória da família em relação ao pai nas entrevistas com a filha Zeelândia Cândido (já falecida) e seu filho, Adalberto Cândido.

Para fechar esta resenha, devo ainda sinalizar o emprego de um conceito e um desconforto ao lançar meus olhos sobre as páginas. Embora o subtítulo tenha o termo “segunda abolição”, ele não tem o mesmo sentido empregado pela imprensa

1 Edmar Morel, *A Revolta da Chibata*, Rio de Janeiro: Ed. Pongetti, 1959.

negra desde a década de 1930. Os percalços enfrentados pela população negra após 1888 demonstravam a necessidade de iniciativas próprias de mulheres e homens negros num país de governos liberais que não criaram políticas públicas para egressos e egressas do cativeiro. Essas iniciativas, quando concretizadas, significariam uma “segunda abolição” para negros e negras, tão reclamada até os dias atuais. Como os marinheiros eram de maioria negra, esse subtítulo pode levantar certa expectativa acerca do assunto.

A autora defendeu que a própria revolta foi em si mesma uma “segunda abolição” e os marinheiros “foram os atores do movimento”. Parafraseando Fernando Pessoa, afirma ela que “resistir [...] é tão necessário e tão ‘preciso’ quanto navegar” (p. 380). Contudo, a Marinha de Guerra, mesmo em 2008, teimava em uma “abolição gradual”, tal qual havia sido a da escravatura no século XIX, num trecho de artigo publicado na imprensa acerca da segunda anistia a João Cândido, concedida pelo Congresso Nacional, naquele mesmo ano. A própria Lei Federal que concedeu a anistia, por si mesma, era uma segunda abolição

para João Cândido. Mas essa versão do conceito foi empregada sem dialogar com as demais.

A produção gráfica é bem confortável aos olhos de leitores e leitoras, com encadernação segura das quatrocentas e duas páginas, além de uma bela capa. Na ausência dos negativos originais, as imagens foram extraídas de jornais de época e já apresentavam baixa resolução. Outras são mais recentes. Contudo, todas elas poderiam ter sido mais bem trabalhadas, com recursos de recuperação de imagens existentes. Elas não atrapalham a leitura e são bem distribuídas conforme os temas são discutidos. Outro ponto que poderia ter sido melhor elaborado é o tamanho dos caracteres das notas de pé de página. Enquanto o corpo do texto nos permite uma confortável leitura, as notas exigem esforço – e, quem sabe, o auxílio de uma lupa.

Finalmente, há de se observar a liberação sem restrições a pesquisadores e pesquisadoras nos arquivos da Marinha de Guerra. No início da década de 1990, seus oficiais ainda resistiam sobremaneira a dar livre acesso aos pesquisadores interessados na história dos marinheiros – passei enorme constrangimento

quando visitei aquele espaço pela primeira vez em 1994. Demorei a ter confiança em pedir qualquer documentação após aquele episódio. Eu era o primeiro a pesquisar sobre o assunto seis anos após o lançamento do livro do almirante Hélio Leôncio Martins. Posteriormente, outros autores foram investigando e a Marinha esteve aberta às pesquisas (por exemplo, naquele arquivo deve estar a mensagem dos marinheiros ao governo, um belíssimo documento, que sempre me diziam estar perdido).

O livro de Sílvia Capanema é um trabalho que veio para ficar e, não à toa, já se encontra em sua segunda edição. Veio somar-se a aqueles outros envolvidos numa história que precisa ser pública e não resume os militares ao círculo do oficialato, aos famosos “grandes homens”, brancos e do alto escalão. E ainda existe muito a vir por aí. Essa história ainda está viva e outros capítulos estão sendo escritos agora, nos bastidores do Congresso Nacional, envolvendo, inclusive, o comandante da Marinha de Guerra, equivalente ao Ministro da Marinha – cargo extinto no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso. Nesses quase 115 anos de História, a Revolta

da Chibata será cantada por escolas de samba, como a Paraíso do Tuiuti fez no desfile de 2023, interpretadas por artistas diversos, discutida por deputados e deputadas e analisada por cientistas sociais. João Cândido estava certo, ele ainda está por aqui....

Álvaro Pereira do Nascimento  

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

doi: 10.9771/aa.v0i70.65890